

Nesta página, o que significa a decisão da Constituinte para a economia do País, que começa (veja na página ao lado) a conseguir mais boa vontade dos credores. Na 14, a Receita ameaça intervir em dez consórcios. A festa dos 35 anos da Volks está na 15.

Sarney pronto para as decisões. Até amargas.

Os ajustes do governo poderão vir até o próximo dia 30. E com medidas um pouco "amargas", segundo o ministro das Comunicações.



A aprovação do sistema presidencialista de governo e o mandato de cinco anos para os próximos presidentes — o do presidente Sarney será definido quando forem votadas as disposições transitórias — deram ânimo novo ao governo para aplicação de seu plano de ajuste da economia — fontes do Palácio do Planalto anunciaram que ele poderá ser anunciado até o próximo dia 30. Ao sair do Palácio da Alvorada ontem, após as 22h, o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, confirmou esta impressão.

"Mais importante do que reforma ministerial, agora que já existe definição sobre o sistema, são os métodos de governo que serão adotados, mesmo que eles venham a ser um pouco amargos, mas desde que resolvam a situação do povo", disse o ministro das Comunicações. Ele não adiantou quais serão as medidas, garantindo apenas que elas terão o objetivo de combater a inflação, sem, contudo, provocar a recessão. "Porque o presidente nunca desejou, nem deseja isso", ele afirmou. O ministro esquivou-se de dizer se entre as medidas "amargas" estará incluído o fim da URP.

Em suas medidas de controle do déficit público, os ministros da área econômica planejam uma redução de Cr\$ 600 bilhões nas despesas com pessoal e uma contenção adicional nas dotações do orçamento geral da União. Os ajustes, esperam eles, deverão trazer o déficit público para cerca de 3% do PIB — Produto Interno Bruto (em 87, ele foi de 5,6% do PIB).

Não foram as turbulências na área po-

lítica, conforme se diz no Palácio do Planalto, medidas duras de combate à inflação e um acordo com os credores sobre a dívida externa do País já estariam em fase bem adiantada. Assessores do presidente encaram com naturalidade as desconfianças que os banqueiros vêm apresentando com relação à economia brasileira, originárias da indefinição do quadro político. Eles prevêem agora a elaboração de um plano de ajustamento econômico, com metas trimestrais de controle. Esta foi uma solicitação do comitê das bancas privadas estrangeiras que negociam com o governo brasileiro, além de ter sido uma recomendação do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III.

Política salarial

Ao retornar de Caracas, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, deverá apresentar ao presidente José Sarney as alternativas de redução das despesas com o pessoal do setor público. Uma qualificada fonte da Secretaria do Planejamento (Seplan) reiterou que o presidente receberá um leque de alternativas de aplicação da URP em cascata, de forma a proteger os salários menores, no nível de três pisos salariais ou Cr\$ 18.840, aos quais seria assegurada a aplicação da URP integral. Daí para cima, seriam aplicados redutores, que cresceriam na mesma proporção dos níveis salariais mais elevados.

Foram feitas várias simulações para aplicação dos redutores. Elas levam em conta dois parâmetros: a perda de renda salarial dos funcionários e os ganhos adicionais da receita. Os ministros, natural-

mente, defenderão a alternativa que oferecer maiores ganhos à receita, de forma a obter a redução do déficit.

A adoção da URP em cascata enfrenta, contudo, as resistências do ministro da Administração, Aluísio Alves, que teme a ocorrência de distorções na hierarquia salarial dos servidores públicos, na medida em que os salários menores crescerão, durante três meses seguidos, mais do que os salários maiores, podendo resultar na igualdade de remuneração entre servidores de níveis diferentes.

A proposta da preferência dos ministros da Fazenda e do Planejamento — o congelamento puro e simples da URP durante três meses — tem menos chances de aprovação, em virtude principalmente da resistência imposta pelos ministros militares, que argumentam com uma perda de 65% da renda salarial em apenas 90 dias.

A fonte da Seplan garantiu que não haverá propriamente cortes orçamentários, mas a alocação de menores recursos para os diversos itens da despesa, no processo de revisão dos valores orçamentários que serão calculados com base numa projeção inflacionária de 246%.

A definição dos dispêndios com pessoal da administração direta é fundamental para o fechamento das contas do orçamento geral da União e sua remessa ao Congresso em forma de projeto de lei de excesso. Como haverá uma receita bem maior do que as despesas, o corte se tornará visível no virtual congelamento de uma parcela das verbas dos itens encargos gerais da União e reserva de contingência.